

# Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra Leila Maria Passos de Sousa Bezerra\*

## Violência e segurança pública: Uma interpretação sobre os olhares da sociedade civil\*\*

**RESUMO:** Este artigo busca interpretar as visões da sociedade civil sobre a violência e a política de segurança pública, tomando como referência os dados coletados através de uma pesquisa realizada pelo PLANEFOR (Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza) em 2001, com os participantes do Ciclo de Debates Segurança Pública - Direito de Cidadania, em Fortaleza. A pesquisa buscou identificar, nos setores da sociedade civil, estratégias e propostas de ações que vislumbrem saídas para esta problemática. Trata-se, pois, de uma reflexão crítica que visa identificar as tendências de compreensão acerca da violência e sua relação com possíveis estratégias e ações propostas em termos de políticas públicas, no sentido de contribuir para a legitimação de alternativas democráticas, rumo à construção de um Estado de Direito no nosso país.

**Palavras-chave:**  
violência, segurança  
pública, cidadania.

## 1 INTRODUÇÃO

Discutir hoje a problemática da violência e da segurança pública é uma questão fundamental para a agenda política brasileira frente às condições reais, das instituições e dos governos, de enfrentamento das taxas de crescimento da criminalidade nos espaços urbanos. É uma discussão que nos suscita muitas perguntas sem respostas como, por exemplo, quais os motivos do aumento da violência e da criminalidade nas cidades brasileiras? Como explicar a explosão das taxas de homicídios que cresceram de 45 mil em 2003 para mais de 55 mil em 2004 no País?

\*\* O presente artigo emprega dados coletados através de enquetes realizadas com os participantes do Ciclo de Debates Segurança Pública Direito da Cidadania e divulgados em dezembro de 2001 pelo Planefor, num relatório-documento intitulado, *Segurança Pública Direito da Cidadania*, cuja elaboração contou com a participação direta das autoras.

Compreendemos que a falta de perspectiva para a maioria da juventude, a persistência dos elevados índices de analfabetismo, o uso e o tráfico de drogas e a fragilidade das estruturas familiares são fatores costumeiramente indicados como condicionantes para o aumento da violência e da criminalidade, principalmente, entre os jovens de baixa renda. Por outro lado, estudos mais recentes, realizados pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, têm destacado o crescimento do número de delinqüentes na classe média (*Qualidade de Vida*, 01/02, p.01). Há, ainda, que se considerar o fato de que ser pobre não torna ninguém violento e criminoso, assim como a desigualdade social, por si só não é a causa direta dos altos índices de criminalidade e violência de uma determinada sociedade, como pensam e defendem alguns. Esquecem, como nos alerta o antropólogo Luiz Eduardo Soares:

*que nossos comportamentos sociais são aprendidos, assimilados no processo espontâneo da educação. Nenhum fator social age sozinho ou diretamente sobre nós. Entre o fator social e nossos atos há os valores que assimilamos desde a infância, há nossas emoções e a cultura, ou seja, o modo como nosso grupo decifra a realidade em que vive e autoriza ou inibe reações violentas. A violência e o crime que praticamos são comportamentos nos quais somos ‘educados’. Pelas mesmas razões, pode haver uma educação para a paz (Veja, 30/01/02, p.79).*

Por outro lado, não podemos negar que tanto a condição de miséria quanto a apartação social existentes em nossa sociedade podem ser consideradas ou não condicionantes da violência social e da criminalidade num determinado espaço social, dependendo dos tipos de delitos praticados, do *contexto intersubjetivo* e do *horizonte cultural* sobre o qual nos debruçamos.

Em toda essa discussão, não podemos deixar de levar em conta os estudos e as pesquisas de Cano e Santos que assinalam:

*renda e desigualdade não parecem apresentar claro efeito sobre as taxas de homicídios dos estados brasileiros, (...). Ao contrário, é a urbanização que parece ter forte influência. São os estados urbanos, tanto os ricos quanto os pobres, que detêm as mais altas taxas de homicídio e são os estados rurais que exibem índices em violência letal (2001, p.6).*

Neste contexto, o presente trabalho é uma reflexão crítica desenvolvida a partir das iniciativas do Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza-PLANEFOR<sup>1</sup> (de maneira mais específica de sua Comissão Estratégica Sociedade Civil e Gestão Compartilhada e do seu Grupo de Impulsão de Segurança Pública) para discutir a problemática da violência e da segurança pública no espaço da Cidade, identificando nos setores da sociedade civil estratégias e propostas de ações que vislumbrem saídas para esta problemática.

Como parte das atividades desenvolvidas pelo Planefor em Fortaleza e em sua Região Metropolitana, foi realizado o *Ciclo de Debates Segurança Pública - Direito da Cidadania*, com o apoio dos mais diversos setores da sociedade, nos dias 05/04/01, 11/06/01, 17/08/01 e 17/12/01, cujas temáticas centrais foram, respectivamente, *Estado e Sociedade nas Políticas e Ações de Segurança Pública, Cidadania e Democratização das Políticas de Segurança Pública, O Papel do Município na Segurança Pública e A Segurança Pública no Estado do Ceará*<sup>2</sup>.

Os debates envolveram uma média de 400 participantes, representando associações de moradores e de classe, entidades comunitárias, integrantes dos Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS e de associações beneficentes e filantrópicas; sindicalistas; representantes de grêmios e entidades estudantis; técnicos de instituições governamentais - OG's e organizações não governamentais - ONG's, ligadas às questões da saúde, educação, criança e adolescente, violência contra a mulher, discriminação racial e de orientação sexual, e técnicos da Capital e Região Metropolitana vinculados às Secretarias de Educação e Ação Social, vereadores da capital e dos municípios da RMF, deputados, policiais civis e militares, guardas municipais, professores da rede pública e particular, pesquisadores, estudiosos, jornalistas e demais cidadãos interessados na problemática da violência e da criminalidade.

A análise apresentada nos debates acerca da problemática da violência e da segurança pública é, sem dúvida, um importante instrumento qualitativo de compreensão dos desafios postos às políticas públicas e à sociedade em geral. Contudo, ela, por si só, não basta. Preocupado com essa questão, o PLANEFOR realizou uma pesquisa com os participantes dos Ciclos de Debates com o objetivo de definir estratégias e ações frente à temática da violência e da segurança pública com ênfase na segurança do cidadão. O texto da pesquisa continha uma breve consideração sobre a violência, e, em seguida, solicitava a opinião do (a) entrevistado (a) para a seguinte indagação: *Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o problema da violência e tornar nossa cidade mais segura?* Após esta indagação,

<sup>1</sup> “Elaborado com ampla participação cidadã, o Planefor reflete o modelo da cidade que queremos. Queremos uma cidade com justiça social, com qualidade de vida, com lugar para todos e com respeito aos direitos humanos. O Planefor oferece o modelo, mas não o executa. Não substitui os agentes econômicos e sociais. Não financia projetos. Nem gerencia. São as pessoas e as instituições envolvidas as responsáveis por sua implantação. Como plano de ação, o Planefor é simples em sua formulação e complexa em sua execução. Trata com um largo espectro de instâncias que inclui agências governamentais, nos âmbitos federal, estadual e municipal, não-governamental e privadas. Lida com pessoas e com instituições; com um quase arco-íris de tendências políticas; com 13 municípios e um governo de Estado. Trabalha com instituições que já têm suas programações estabelecidas, suas metas traçadas, seus orçamentos comprometidos. O Planefor propõe-lhes um programa de sugestões que concretize o esforço coletivo na identificação de estratégias, objetivos, ações e projetos, como plano de todos os cidadãos. Procura sensibilizar as instituições para que adotem as suas diretrizes e programas os anseios democrática-

havia um pequeno parágrafo ressaltando a importância de o (a) entrevistado (a) responder a enquête e apresentar suas propostas, a serem reunidas em documento final elaborado após a realização do Ciclo de Debates.

## 2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Foi distribuído um total de 400 enquetes, perfazendo 100% do público presente nos três debates, sendo 63 o número de enquetes respondidas e devolvidas, representando, portanto, cerca de 14% do universo dos participantes dos eventos. Considerando-se o critério de 10% do universo, no caso das pesquisas de caráter qualitativo, pode-se inferir sobre a representatividade da amostra (14%) nas enquetes devolvidas.

O artigo em questão não visa apenas a fria sistematização e classificação dos dados coletados através das enquetes aplicadas aos participantes dos Ciclos de Debates, mas desenvolver uma reflexão crítica a partir das visões sobre a violência e as estratégias e ações propostas pela sociedade civil para combatê-la no espaço da cidade. Considere-se, ademais, que as estratégias e propostas de ações nesta área passam, prioritariamente, pela discussão da implantação efetiva do Estado democrático de Direito na sociedade brasileira.

A título de maior entendimento sobre a metodologia utilizada na classificação, sistematização e interpretação das informações obtidas nas enquetes é importante detalhar o procedimento adotado.

A classificação e tabulação das informações seguiram uma ordem de frequência, com ênfase na recorrência das respostas, identificando, num primeiro momento, tendências de compreensão acerca do fenômeno da violência. Numa segunda ocasião foram registradas as possíveis estratégias e as ações propostas para enfrentar a problemática em discussão.

Diante da amplitude da enquête e da diversidade de opiniões e tendências encontradas nas narrativas dos entrevistados, tanto individualmente quanto no geral, optou-se por tabular a frequência das respostas por categorizações gerais e variáveis inclusas nestas, considerando-se tal critério numa mesma enquête e nas demais. Foi identificado, pois, um total de 205 respostas na temática da violência, agrupadas em 3 (três) grandes linhas de compreensão. Relativamente às estratégias, registrou-se um total 253 respostas, correlacionadas em 6 (seis) grandes estratégias, com suas respectivas ações.

mente ouvidos da sociedade e consolidados no Planefor” (Relatório Planefor, 2000, p. 4).

<sup>2</sup> O 4 tema (Segurança Pública no Estado do Ceará) encerrou o Ciclo de Debates com a apresentação de um relatório-documento intitulado *Segurança Pública Direito da Cidadania*, contendo as análises e as propostas produzidas durante a realização dos Ciclos de Debates .

Privilegiou-se, portanto, a tabulação por frequência de respostas, segundo a classificação supracitada, em razão do caráter amplo e extremamente diversificado das respostas em cada enquête individual e no geral. Em termos de lógica expositiva, foram definidos dois temas gerais (*O que pensa a sociedade civil sobre a violência e Estratégias e ações para o combate à violência*), correspondendo aos recortes identificados nas enquêtes, como veremos a seguir.

### 3. O QUE PENSA A SOCIEDADE CIVIL SOBRE A VIOLÊNCIA ?

Embora não indagados diretamente sobre a violência na pergunta elaborada pela enquête, os entrevistados, ao proporem estratégias e ações na área de segurança pública, manifestaram de forma explícita ou indireta determinadas tendências de compreensão acerca desta problemática, contribuindo, inclusive, na ênfase atribuída a algumas ações e estratégias. A partir da demarcação de tais tendências foram identificados ângulos interpretativos, os quais não podem ser compreendidos de forma isolada, uma vez que, em vários momentos, estas interpretações se articulam e se cruzam em único entrevistado e nos demais em função da diversidade de respostas encontradas.

A violência, de maneira geral, aparece sob óptica dos entrevistados como uma questão social, política, cultural, moral e ética, conforme se constata na tabela 1.

Tabela 1

CONCEPÇÕES	TOTAL DE RESPOSTAS	% GERAL
Violência como questão social	109	53.2
Violência como questão política	61	29.7
Violência como questão cultural, moral e ética	35	17.1
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquêtes/ PLANEFOR, 2001.

Quando os entrevistados se reportam à violência ora articulam estas três dimensões, ora destacam uma das visões, denotando um hibridismo nas interpretações que expressa a permanência de traços culturais autoritários, típicos da formação sócio-histórica brasileira, ambigüamente conectados com o desejo recente de democratização.

Para efeito de análise, estas visões dos informantes sobre a violência serão detalhadas por subitens, a partir da apreensão dos seus depoimentos, sem desconsiderar os nexos entre as três dimensões apresentadas na tabela 1.

### 3.1 A violência como questão social: os recortes de classe e geração

Neste sentido, uma primeira grande linha de percepção sobre a problemática da violência aparece em praticamente todas as enquêtes. Trata-se da compreensão da violência como uma questão social relacionada ao fenômeno da pobreza e do lugar historicamente atribuído como *locus* central de sua manifestação e vivência: a periferia, a favela. Este nexos entre violência – pobreza – periferia aparece com uma frequência de 53.2% das respostas, como pode ser visto na tabela 1. Esta visão expressa dois sentidos de compreensão sobre a problemática da violência. Primeiro, a relação entre pobreza e criminalidade estaria associada à ausência de acesso às condições materiais e simbólicas para uma existência digna, revelada pela desigualdade no acesso à renda e ao poder de decisão política. A periferia vem representada como o espaço da carência, da privação, sobretudo por não dispor de infraestrutura de serviços urbanos, materializada na imagem da favela, como se infere nos depoimentos a seguir:

*Como combater a violência, quando a cada dia cresce a pobreza neste país? (Enquête 20).*

*Eu diria que a violência é falta de trabalho e educação... A violência não é só com briga, mas sim a falta de emprego, falta de educação, saúde... (Enquête 38).*

*[Q]uando o cidadão é pobre, favelado ou desempregado vira uma insulina para o desespero (Enquête 2).*

*Essa má divisão de renda é que gera a violência, como podemos observar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez piores... (Enquête 61).*

*A questão da violência se agrava a partir da deterioração da qualidade de vida dos pobres, bem como é reforçada e admitida em função do empobrecimento da sociedade... (Enquête 13).*

*No meu conhecimento a violência no nosso país é social, a falta de emprego, moradia, saúde e educação, no país que nós temos o salário mais miserável do mundo, não vai acabar nunca com a violência... (Enquête 17).*

*O homem sem emprego torna-se violento dentro de sua própria casa, diante dos privilégios de tantos que esbanjam poder (Enquête 29).*

Nestes depoimentos há uma compreensão sobre a violência que pode ser articulada à histórica desigualdade social, a concentração de renda e de poder político, com ênfase no aumento da pobreza e da exclusão, no desemprego estrutural e tecnológico vivenciados no Brasil contemporâneo. O segundo sentido pode ser relacionado à vinculação pobreza-violência, expressa nos depoimentos e que situa os pobres/ excluídos como criminosos em potencial, em virtude da degradação de suas condições de vida. O pobre aparece, portanto, como *vítima e protagonista* da violência associada à ausência de políticas sociais redistributivas de renda e à negação de seu acesso aos bens e serviços da sociedade, consolidando a imagem do “necessitado”, do “carente”, do não-cidadão. Essa forma de compreensão sobre a violência também aparece nas estratégias e ações apontadas para seu enfrentamento, que serão discutidas mais à frente.

Para Alba Zaluar, embora comportando uma dimensão de crítica social, esta visão sobre a violência pode conduzir a uma ambigüidade, uma vez que a pobreza e, sobretudo os pobres aparecem representados sobre a categorização de não-sujeitos. *Montados na denúncia da privação absoluta que aflige um número espantosamente alto de pessoas no País mantém, no entanto, a atitude paternalista que faz dos pobres meros objetos de políticas públicas ou da ação de grupos que os instrumentalizam, iludem, enganam. Privado assim da liberdade, o pobre perde por decreto teórico o estatuto de sujeito* (1994:70).

Dessa maneira, a associação direta entre pobreza e criminalidade pode configurar uma estigmatização de quem se quer *reprimir e dominar*, construída a partir da imagem negativa do *pobre como criminoso e perigoso*.

Outra expressão da violência como questão social aparece nos relatos dos entrevistados quando particularizam, ainda, a relação *violência-pobreza-juventude*, como se pode perceber nas falas seguintes:

*[Os] jovens usam drogas, roubam, matam para que sejam vistos mesmo nos jornais policiais... (Enquête 33).*

*[O]s jovens de classe pobre, que precisam de um meio de ocupação para evitar a ociosidade que levam a maioria da juventude a ficar ociosa por falta de trabalho ou um meio de ocupação que possa garantir como um cidadão... (Enquête 59).*

*Geração de emprego e renda, no tocante aos jovens que entram na criminalidade. Pois as expectativas da qualidade de vida é quase zero. Claro que paralelo ao financeiro é preciso trabalhar a subjetividade e fortalecer a auto-estima desses e que a preparação para o mercado de trabalho tem que ser algo contínuo... (Enquête 26).*

*Já que o tráfico de drogas e o possuir de uma arma gera a violência... Acho, que talvez o resgate da identidade de gente e cidadão desses jovens poderia contribuir para a diminuição da violência (Enquête 24).*

*Muitos jovens que entram na marginalidade é porque falta-lhes chance de uma vida mais digna... (Enquête 47).*

Esse sentido atribuído à violência nessas narrativas foi analisado pelo antropólogo Luiz Eduardo Soares, no Ciclo de Debates promovido pelo PLANEFOR. Segundo o pesquisador, *os jovens das classes populares vivenciam uma espécie de ‘dialética perversa’ em que, o medo é condição de resgate da auto-estima (...) uma arma na cintura é a condição, muitas vezes de visibilidade, de existência social. O tráfico de drogas acaba por se constituir numa das fontes principais de ‘recrutamento dos jovens da periferia’, por oferecer ‘vantagens materiais’, oportunidades de mudar a vida, um meio de inserção no grupo que o acolhe. Entretanto, este processo se dá através de um recurso perverso, auto destrutivo e que cobra seu preço, a própria vida. É, portanto, uma troca “faustiana”.*

O estado de não - inscrição social da *juventude pobre*, a sua invisibilidade “ontológica” na sociedade brasileira, estaria diretamente relacionada, para Soares (2001), à falta de políticas públicas criativas que lhes garantam, de fato, acesso à cidadania material e simbólica, possibilitando sua inscrição e reconhecimento no mundo do trabalho e no consumo, além da construção de espaços para a sua auto-afirmação e elevação da sua auto-estima.

A frequência de respostas quanto a esta associação entre pobreza- violência- juventude aparece também com maior ênfase nas estratégias e ações propostas para solucionar a problemática, a ser analisada posteriormente.

Outra abordagem de destaque acerca da violência emerge nas enquêtes, qual seja, aquela que associa este fenômeno à dimensão político- institucional da vida societária brasileira, tratada no próximo subitem .

### 3.2 A violência como questão política: a crise de legitimidade do Estado e das instituições

A compreensão da violência como fenômeno relacionado à dimensão político-institucional apresenta-se nas enquêtes com uma frequência de 29.7% (61 respostas), conforme tabela 1. Podemos identificar nos próximos depoimentos esta dimensão, quando enfatizam a condição endêmica da violência no Brasil, diretamente articulada à ausência do Estado no enfrentamento da questão, associada à falta de vontade política das elites governamentais, diante do crescimento da insegurança do cidadão no espaço da Cidade.

*É preciso que os poderosos cheguem mais perto dos que realmente precisam de ajuda: as favelas... (Enquête 27).*

*[A]s autoridades não educam, a justiça não pune, a polícia só sabe reprimir e o governo não quer ou se faz impotente para mudar tudo isso... (Enquête 29).*

*Para se tornar as cidades mais seguras é preciso vontade política do judiciário, do Ministério Público, legislativo e poder executivo... (Enquête 14).*

*É preciso que haja mais eficácia do governo federal, estadual e municipal, para que haja mais integração ... É preciso mais estruturação dos poderes judiciário, legislativo e o próprio governo federal, superior tribunal de justiça. Os poderes estaduais, procuradorias de justiça dos estados, com integração da sociedade (Enquête 18).*

*O conhecimento não está chegando à maioria que elege governantes ruins... No Brasil, os governantes surdos, mudos, cegos e insensíveis estão sendo eleitos aos montes... só os tolos são capazes de acreditar que problemas complexos possam ser resolvidos com saídas mágicas e de curto prazo... (Enquête 32).*

Os depoimentos ora elencados indicam uma conexão entre o problema da violência e a crise de reconhecimento e legitimidade em termos das ações dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Enfatiza-se uma suposta indiferença ou insensibilidade das elites constituintes desses poderes em se tratando da violência.

Há, portanto, uma alusão a este fenômeno articulado à falta de ação política e institucional, à redução da esfera pública e/ou estatal, ao desmonte dos direitos sociais e a uma negação histórica dos direitos humanos fundamentais por parte do Estado na sociedade brasileira. Isto contribui para tornar mais complexa a questão da violência, ao produzir uma descredibilidade na própria ação político- institucional- legal, provocando, segundo Sérgio Adorno, *uma espécie de vazão institucional mediando os conflitos nas relações entre cidadãos e grupos sociais*, que acaba por *objetivar o recurso à violência como forma imperativa e socialmente válida de solucionar pendências as mais diversas* (1995 p.324).

Essa crise também vem expressa nas enquêtes quando os entrevistados se referem à violência articulada à prática generalizada da impunidade, sobretudo em relação aos crimes cometidos pelas elites, ao afirmar:

*Entendo que devemos acabar com a impunidade, não tornando nenhuma tolerância, especialmente, exterminando o tráfico de influência. É preciso acabar com as cláusulas do poder judiciário, a fim de que a sociedade possa se conscientizar do tratamento de igualdade perante a lei* (Enquête 6).

[P]unição para os colarinhos brancos ... Botar as elites corruptas na cadeia (Enquête27).

[E] os ricos que errarem, devem ir para a cadeia... (Enquête 10).

*Punir com rigor a corrupção* (Enquête 29).

[I]mplementar ações concretas que reduzam a impunidade... (Enquête 23).

*A corrupção está sendo, neste momento, o carro chefe da insegurança neste país. Seguido da impunidade. As leis são feitas e foram feitas para proteger os corruptos* (Enquête 23).

Embora em menor escala, há outra compreensão sobre violência vinculada à impunidade, correspondendo a uma demanda por maior severidade das leis em se tratando dos crimes cometidos pela população pobre, principalmente crianças e adolescentes, como se pode observar nas enquêtes apresentadas a seguir:

*Para que o cidadão possa andar sem medo de que aconteçam assaltos, mortes, para que isto deixe de acontecer temos que ser mais severos nas leis brasileiras, pois hoje em dia o menor mata, rouba, estupra e é defendido como se fosse uma flor que precisa desabrochar” (Enquête 2).*

*[P]orque direitos humanos são para proteger vagabundo, não o cidadão que defende sua família ( Enquête 44).*

*Quando mudarem as leis deste País. O menor mata e é considerado uma criança...(Enquête 23).*

Aparece aqui o viés punitivo-repressivo como possível antídoto para a violência associada, sobremaneira, a uma determinada impunidade, aquela voltada para a criminalidade supostamente praticada pelas classes populares, com ênfase nos jovens em conflito com a lei. Há que se analisar tais depoimentos à luz das contribuições do filósofo Manfredo de Oliveira, um dos conferencistas do Ciclo de Debates do PLANEFOR. Ele menciona, a partir das referências a Paulo Sérgio Pinheiro (1991), a existência na sociedade brasileira de um “autoritarismo enraizado”, baseado numa matriz cultural autoritária de onde emergem o machismo, o racismo e o patriarcalismo, conduzindo às práticas arbitrárias e à violência que perpassam todas as relações na sociedade. Trata-se da permanência de arquétipos políticos que atravessaram os tempos e continuam arbitrários, mesmo com a passagem à democracia formal.

Essas reflexões são também desenvolvidas por Sérgio Adorno, quando faz referência a este *autoritarismo socialmente implantado* no Brasil, relacionando sociedade e cultura. *Enfatizar a problemática da violência no plano da sociedade e da cultura, compreendendo suas conexões com o poder político estatal, requer problematizar a complexidade do social, quer dizer dos diferentes eixos de poder que o atravessam, que realizam a dominação, que convergem para o Estado e que suscitam a formação de ideologias autoritárias e discriminatórias* (1995 p.325).

Ao interpretar a violência na realidade brasileira, Adorno (1995) destaca alguns aspectos expressivos da continuidade autoritária no âmbito da transição democrática:

- a) a permanência das forças armadas e de setores conservadores ligados ao regime autoritário na esfera político- institucional, com poder de intervenção e decisão;

b) o perfil - padrão do político profissional e do estilo de fazer política típico do regime anterior, marcado pela troca de favores ou de apoio político; e

c) a ausência de diferenciação entre o público e o privado na sociedade brasileira onde, desconsiderando-se os canais institucionais de mediação, as situações de tensão social e de conflitos nas relações interpessoais continuaram a ser resolvidas com base em critérios privados/ pessoais, culminando com o emprego da violência e de recursos ilegais.

É o que Guillermo O'Donnell chamou de *sistema autoritário enraizado socialmente* (apud Pinheiro, 1991). Nesta perspectiva, a violência como fenômeno sociocultural articula-se às dimensões moral e ética, revelando uma erosão dos liames familiares, comunitários e sociais. Trata-se, pois, do esgarçamento dos sistemas de reciprocidade e reconhecimento do outro como parte de si mesmo, sobretudo quando este outro é caracterizado como pobre/ excluído, como será abordado no próximo subitem.

### 3.3 A violência como questão cultural, moral e ética

A percepção da violência como fenômeno cultural, moral e ético está presente nas enquetes com uma frequência de 17.1% (35 respostas), de acordo com a tabela 1. Há uma alusão à suposta crise de valores morais e éticos associados ao apelo individual, ao desequilíbrio das estruturas familiares, à fragilidade dos laços de convivência comunitária e social, bem como à ausência de ética nas elites políticas e governamentais. Os depoimentos seguintes revelam implicitamente esta tendência de compreensão da violência, sendo primeiramente identificada com o apelo individual:

*Não devemos culpar governantes e nem dar a desculpa das más condições financeiras, porque a violência é simplesmente a falta de amor consigo mesmo e com o próximo... (Enquete 60).*

*Resumindo tudo isso, vamos extirpar o ódio, o rancor, o egoísmo e o comodismo, vamos ver ou pelo menos procurar ver com amor e ao mesmo tempo procurar ver o nosso próximo como ser humano que ele é... Vejo aqui uma só solução para tudo isso, amor ao próximo; dosado com boas intenções onde junte as ações que aí existem... (Enquete 2).*

*[I]ncentivar a cidadania e a auto-estima ... Lembrar que a paz está dentro de nós... (Enquete 27).*

Num segundo momento, e com maior frequência nas respostas, os depoimentos exprimem a crise de valores morais e éticos correlacionados à suposta função social da família, conforme está indicado nas próximas narrativas:

*O abandono da criança, do adolescente e de nossa juventude, tornando-os alienados, e sem a formação ética e moral, inclusive com real desconhecimento da instituição da família, conduz a sociedade a atravessar todos os problemas de violência de que padecemos (Enquete 4).*

*Para melhorar essa situação, e a cidade ser mais segura tem que ter educação para com os pais dentro de casa, saber educar os filhos e não desprezar; dar mal exemplo, como a falta de amor. Compreensão poderia melhorar se tivesse essa (Enquete 63).*

*Não tem opinião melhor que ter um bom exemplo para com os pais com os filhos. Essa é a melhoria da situação da nossa cidadania... (Enquete 45).*

*A educação tem que começar dentro de casa, ou seja, na família que sendo bem estruturada, dificilmente os filhos entrarão na marginalidade e nas drogas... (Enquete 3).*

*Trabalhar também a família que é o ponto x da questão. Por muitas vezes nós intervimos na vida familiar tentando combater um problema já existente e não combate o mal na raiz. Exemplo: Nos preocupamos muito com o jovem, mas depois de crescido que ele está dando problema. Acho que deveremos trabalhar melhor a família desde criança enquanto inocentes e acompanhar até a adolescência (Enquete 6).*

Esse traço moral e ético aparece, também, num terceiro momento, associado aos laços comunitários e sociais e à falta de moral e ética das elites políticas e governamentais, segundo é apresentado nos depoimentos a seguir:

*Se as pessoas constituídas tivessem boa vontade e amor ao próximo com certeza resolveria, a começar pela educação de qualidade, salário digno, investiria em capacitar as pessoas*

*menos favorecidas, deixaria de construir presídios e construir prédios para funcionar escolas, o lazer e saúde viria com acréscimo (Enquête 36).*

*Ética das elites judiciária, política e empresarial - modelo de corrupção e desserviço à sociedade (Enquête 57).*

*Nossa cidade só se tornará segura quando for dirigida por homens honestos... (Enquête 46).*

*A questão da violência se agrava a partir da deterioração da qualidade de vida dos mais pobres, bem como, é reforçada e admitida em função do empobrecimento da sociedade, do ponto de vista moral e humano... (Enquête 13).*

Identifica-se nestas formas de compreensão da violência uma dupla dimensão. Por um lado, a ausência de formação moral e ética é tida como causadora deste fenômeno, culpabilizando pessoalmente os indivíduos e, ao mesmo tempo, apelando a estes, na sua dimensão singular, como possível alternativa frente ao problema da violência e da segurança pública. Essa tendência pode estar relacionada com a crise do Estado brasileiro e o reordenamento das formas de regulação da questão social, sinalizando para o desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais, cuja proposta tem sido direcionada para o apelo à sociedade civil organizada ou aos indivíduos de forma singularizada, reiterando práticas caritativas e filantrópicas como saída para a situação de apartação social ou exclusão.

Por outro lado, os depoimentos também revelam uma tendência que atribui a causa da violência a uma crise de autoridade da família, das leis, das instituições sociais, e, ainda, uma crise de sociabilidade relacionada à apatia e indiferença nas relações sociais nos âmbitos público e privado. Para Gilberto Velho, *[u]ma das variáveis fundamentais para se compreender a crescente violência da sociedade brasileira é não apenas a desigualdade social, mas o fato desta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais* (1996, p.16). De acordo com o autor, a modernização da sociedade brasileira e a difusão massificada de valores individualistas alteraram o universo moral e ético, sobretudo as “expectativas de reciprocidade” e justiça social, esgarçando as relações face a face, rotinizando a violência física como marca do nosso cotidiano.

Vivencia-se no País um clima de insegurança e o sentimento generalizado de injustiça, reforçado pela idéia de impunidade dos grandes corruptos e criminosos. A naturalização desta ausência de justiça e equidade social é alimentada pela ineficácia do sistema criminal (Justiça, Polícia e Sistema Penitenciário) e por uma reprodução histórica do sistema de trocas de favores intra e entre as classes sociais, reatualizando a concepção de uma cidadania abstrata, fundada na relação individualizada cidadão-Estado ou reduzida à política do favor e das benesses.

Nota-se, portanto, um nexos entre as três grandes tendências apresentadas como visões da sociedade civil acerca da violência. Há uma lógica ambígua que denuncia sua manifestação através da crescente desigualdade social no País, sendo os pobres vitimados e, ao mesmo tempo, condenados sob o estigma *pobre-criminoso-perigoso*. Uma visão que conduz a posições ora de defesa da justiça e equidade social, ora de reprodução do autoritarismo e da intolerância. Esta mesma característica se apresenta quando os entrevistados compreendem a violência correlacionada à crise do Estado e do aparato legal-institucional, marcados pela impunidade, indiferença e insensibilidade. Reivindicam, assim, uma ação pública democratizante e, ao mesmo tempo, punitivo-repressiva.

A compreensão da violência como questão cultural, moral e ética atravessa todas as demais questões, uma vez que esta ambigüidade comparece no universo simbólico da sociedade brasileira, reproduzindo nas práticas sociais e interpessoais o hibridismo arcaico-moderno ou individualismo-hierarquizante, negadores da cidadania plena. Neste sentido, *é importante chamar a atenção de que não se trata de um problema que possa ser explicado apenas em função da pobreza, miséria, má distribuição de renda etc. Sem dúvida os membros das camadas de baixa renda vivenciam com mais constância e dramaticidade a ausência de direitos e garantias. Mas em termos de um sistema cultural, de um universo de representações, há que salientar que, a não ser nos exemplos mais óbvios e ostensivos de demonstração de poder, indivíduos de diferentes estratos estão sujeitos a serem violentados na letra da lei (...). Não só a posição de classe, mas outras variáveis como a cor e o sexo são decisivas para caracterizar a desigualdade. O fato importante não é apenas o desencontro entre a prática e a lei, mas as próprias crenças disseminadas de que a diferença e as desigualdades são fatos consumados* (Velho, 1999, p. 146-7).

A democratização efetiva da sociedade brasileira exige uma análise desconstrutiva desta lógica ambivalente, sob pena de reatualizar o autoritarismo e inviabilizar a publicização do Estado e a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos e sociais. O Estado precisa (re)construir

sua credibilidade, integridade e competência para enfrentar a violência, sendo a dimensão ética transversal a todas as iniciativas nesta área, fortalecendo a parceria com a sociedade civil organizada. Esta perspectiva aparece de forma contundente ao visualizar-se as estratégias e as ações apresentadas pelos informantes no que diz respeito à atuação da polícia, do judiciário e do sistema penitenciário.

#### 4. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

As interpretações acerca da violência discutidas anteriormente conduziram ao mapeamento de seis grandes estratégias e a um conjunto de iniciativas e ações correlatas, propostas pela sociedade civil, explicitadas na tabela 2.

Tabela 2

<b>Estratégias</b>	<b>Total de Respostas</b>	<b>% Geral</b>
1. Política educacional voltada para uma cultura de paz e cidadania	64	25.5
2. Política de redistribuição de renda	48	19.1
3. Modernização, reaparelhamento e eficiência da polícia	45	18.0
4. Mudança e eficiência da legislação civil e penal, do judiciário e do sistema penitenciário	42	16.7
5. Democratização da gestão pública	41	16.3
6. Municipalização da política de segurança pública	11	4.4
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquêtes/ PLANEFOR, 2001.

Percebe-se na tabela 2 uma conexão entre as duas estratégias que apresentam maior percentual de respostas, demonstrando um vínculo com a percepção de violência como questão social anteriormente analisada, uma vez que a estratégia 1 aparece com uma frequência de 25.5% (64 respostas) e a estratégia 2 perfaz um percentual de 19.1% (48 respostas). As estratégias 3, 4, 5 e 6 - com seus respectivos percentuais de 18.0 % (45 respostas) e 16.7% (42 respostas), 16.3% (41 respostas) e 4.4% (11 respostas) - correspondem à visão da violência como fenômeno político-institucional. Em todas estas estratégias, a dimensão cultural, moral e ética expressa-se de maneira transversal e, às vezes, contraditória e confusa.

De acordo com procedimento metodológico anterior, para efeito de análise e melhor entendimento sobre a natureza das respostas tabuladas, cabe aqui um detalhamento de cada estratégia e das ações propostas nos subitens seguintes.

#### 4.1. Política educacional voltada para uma cultura de cidadania e paz

Tabela 3

<b>Estratégia</b>	<b>Ações</b>	<b>Total de Respostas</b>	<b>% por estratégia</b>
<b>1. Política educacional voltada para uma cultura de paz e cidadania</b>	1.1. Investimento na educação pública de qualidade	23	35.9
	1.2. Implementação do ensino formal nas penitenciárias	2	3.1
	1.3. Programas de educação para a cidadania e capacitação profissional de jovens pobres	9	14.1
	1.4. Programas de educação para a cidadania e capacitação profissional de famílias pobres	11	17.2
	1.5. Campanhas e ações educativas contra a violência, por uma cultura de paz e cidadania nas escolas, comunidade e na mídia	12	18.7
	1.6. Campanhas e ações educativas de incentivo ao desarmamento	3	4.7
	1.7. Campanhas e ações educativas de valorização da cultura local, do sentido de pertença e da identidade com a região, o bairro e a cidade.	4	6.3
	<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquetes/ PLANEFOR, 2001.

A educação aparece como principal estratégia para o combate à violência, sendo compreendida no sentido mais amplo da formação para o exercício da cidadania plena, garantindo a criação de oportunidades e perspectivas reais, tanto em termos do futuro engajamento no mercado de trabalho quanto no acesso aos bens materiais, culturais e simbólicos da sociedade. Neste sentido, há uma demanda por investimentos na educação pública de qualidade, perfazendo uma frequência de 35.9% (64 respostas), conforme tabela 3. A escola pública assume papel fundamental nesta estratégia, pois há uma exigência de democratização da gestão escolar, contratação qualificada e capacitação permanente de seus professores, melhoria na infra-estrutura e recursos técnicos, além da humanização efetiva dos conteúdos presentes nos parâmetros curriculares nacionais, com ênfase na dimensão ética e cultural.

Paralelamente ao fortalecimento da educação pública de qualidade, os sujeitos da pesquisa mencionam a construção de uma cultura de paz e cidadania, através da ampliação das iniciativas da sociedade civil para além do ensino

formal. A ênfase é dada à mobilização e ao envolvimento dos diversos setores sociais em campanhas e ações educativas, voltadas para a difusão, valorização e incentivo ao exercício de novas relações de reciprocidade, tolerância e respeito às diferenças de classe, gênero, geração e etnia.

Há uma referência à necessidade de programas e projetos de educação para a cidadania e capacitação profissional direcionados para as camadas populares, para a população carcerária, com demanda acentuada para a juventude-pobre, garantindo a criação de oportunidades reais de trabalho e renda que lhes permita acesso ao consumo de bens materiais e simbólicos. Destaca-se, ainda, uma preocupação com o desenvolvimento de ações aptas a resgatar o sentido de pertença e identidade cultural, o significado da cidade como espaço público-democrático para a vivência de novas sociabilidades e restituição dos liames sociais. Por outro lado, percebe-se a ausência de um entendimento mais amplo nas propostas de educação para a cidadania que tenha como alvo os segmentos delinquentes das classes mais abastardas. É como se a delinquência fosse algo “natural” às camadas mais pobres da sociedade brasileira.

## 4.2 Política de redistribuição de renda

Tabela 4

<b>Estratégia</b>	<b>Ações</b>	<b>Total de Respostas</b>	<b>% por estratégia</b>
<b>2. Política de redistribuição de renda</b>	2.1. Programa de geração de emprego e renda para a população pobre	12	25.0
	2.2. Programa de geração de emprego e renda para os jovens pobres	13	27.1
	2.3. Programa de geração de emprego e renda para a população carcerária	4	8.3
	2.4. Programas sociais de urbanização, habitação, alimentação, saúde, cultura, esporte e lazer	19	39.6
	<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquetes/ PLANEFOR, 2001.

A política de redistribuição de renda aparece como segunda estratégia mais abordada nas respostas, correspondendo a um percentual de 19.1% (48 respostas). Enfatiza-se a necessidade de políticas sociais redistributivas que propiciem melhorias reais nas condições de vida e trabalho, no sentido material e simbólico, destacando os programas de urbanização, habitação, alimentação, saúde, cultura,

esporte e lazer. Relacionada a tais políticas, reivindica-se a criação de programas permanentes de geração de trabalho e renda voltados fundamentalmente para a população pobre, para os jovens pobres e para os presidiários.

Não obstante a importância destas políticas sociais junto às classes populares, não se deve desconsiderar as reflexões sobre a dimensão ambígua presente nas concepções dos informantes sobre a violência que se expressa aqui, nesta focalização das ações na pobreza e em certos extratos a ela vinculados.

### 4.3 Modernização, reaparelhamento e eficiência da polícia

Tabela 5

Estratégia	Ações	Total de Respostas	% por estratégia
<b>3. Modernização, reaparelhamento e eficiência</b>	3.1. Implantação de postos policiais em cada bairro	2	4.4
	3.2. Reforço do policiamento nas ruas, bairros e casas noturnas.	9	20.0
	3.3. Punição severa para os policiais envolvidos com a corrupção e o tráfico de drogas	3	6.7
	3.4. Melhoria das condições de vida, trabalho e salário dos policiais.	10	22.2
	3.5. Política de contratação qualificada e capacitação técnica e humana dos policiais	15	33.3
	3.6. Melhoria das instalações e equipamentos técnicos das polícias civil e militar	3	6.7
	3.7. Mudança na estrutura organizacional das polícias civil e militar.	2	4.4
	3.8. Garantir a presença do exército nas ruas da capital e municípios	1	2.4
	<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquetes PLANEFOR, 2001.

A terceira estratégia aparece nos depoimentos com uma frequência de 18.0% (45 respostas), como se observa na tabela 5, sendo correlacionada à visão da violência como temática político-institucional, particularmente associada à ação da polícia e à mudança na sua estrutura organizacional. Neste aspecto, atribui-se uma importância fundamental à necessidade de uma política de contratação qualificada e de melhor formação, capacitação técnica e humana da força policial, aliada a necessidade de melhoria das condições de vida, trabalho e salário dos policiais, assim como das instalações e

equipamentos técnicos das polícias civil e militar. Há uma demanda por uma humanização e moralização da polícia, reconhecendo-se a magnitude do fenômeno da violência social e dos altos índices de criminalidade no País e do despreparo da instituição policial para seu enfrentamento, ultrapassando a lógica punitivo-repressiva. Prioriza-se, portanto, a formação ético-profissional, garantindo o respeito aos direitos humanos na atuação cotidiana dos profissionais da segurança pública.

Por outro lado, exige-se maior presença e eficiência da polícia nas áreas consideradas de risco, associadas à periferia, ao cinturão de miséria da Cidade, visando a garantia de maior segurança para a população. A solução punitivo-repressiva aparece de forma explícita na demanda pela presença do exército nas ruas, perfazendo apenas 2.4% (1 resposta) das enquetes. É um percentual pouco representativo na pesquisa, mas significativo quando nos debruçamos sobre a matriz autoritária da formação cultural brasileira.

Faz-se necessário, a partir da discussão acima, demarcar e compreender as lógicas que se entrecruzam nestas demandas, a saber: uma que expressa demanda por segurança, articulada a uma modernização e humanização do aparato policial no trato com a criminalidade, e outra que enfatiza a violência articulada à pobreza, reforçando certas práticas coercitivas direcionadas às classes populares sob o estigma da criminalidade.

#### 4.4 Mudança e eficiência na legislação civil e penal, no judiciário e no sistema penitenciário

Tabela 6

Estratégia	Ações	Total de Respostas	% por estratégia
<b>4. Mudança e eficiência na legislação civil e penal, no Judiciário e Sistema Penitenciário</b>	4.1. Mudança na legislação civil e penal	4	9,5
	4.2. Punição para os crimes de <i>colarinho branco</i> / corrupção	8	19,0
	4.3. Punição severa para os crimes hediondos e contra mulheres	5	11,9
	4.4. Aumento da pena para crimes cometidos contra policiais em serviço	1	2,4
	4.5. Instituição da pena de morte	1	2,4
	4.6. Incentivo a aplicação das penas alternativas	1	2,4
	4.7. Mudança no ECA, visando a aumentar as medidas punitivas contra crianças e adolescentes em conflito com a lei	6	14,3

4.8. Redução da idade penal	3	7.1
4.9. Atuação sistemática e eficaz do Juizado da Infância e Juventude nos bares, evitando a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos	1	2.4
4.10. Elaboração de projeto de lei federal considerando tabaco e bebidas alcoólicas como drogas ilícitas	1	2.4
4.11. Mudança na política de direitos humanos, eliminando os recursos legais de proteção aos acusados e condenados por crimes	6	14.3
4.12. Construção de penitenciárias de segurança máxima com administração privada	1	2.4
4.13. Controle disciplinar rígido nos presídios	1	2.4
4.14. Reforma do sistema penitenciário, melhorando as condições físicas, materiais e humanas dos presídios	2	4.8
4.15. Cumprimento da Constituição Federal e do ECA	1	2.4
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquetes PLANEFOR, 2001

A quarta estratégia apresenta uma frequência de 16.7% (42 respostas), esboçando, de forma mais clara, a lógica ambivalente no trato da violência. Ela revela, num primeiro momento, um desejo de punição rigorosa para os crimes de corrupção cometidos pelas elites governamentais e políticas, assim como para os crimes considerados hediondos e contra a mulher, além da necessidade de uma mudança na legislação civil e penal que se traduziria em maior eficiência e agilidade do sistema judiciário. Esse enfoque corresponde à demanda pelo cumprimento das leis em repúdio à prática generalizada da impunidade no Brasil, evitando a reatualização de uma certa noção de segurança pública que *é definida autoritária e arbitrariamente e de cuja elaboração não participa a maioria esmagadora dos seguimentos e indivíduos de nossa sociedade. A fragilidade dos poderes legislativo e judiciário e a exacerbação do poder dos chamados órgãos de segurança expressam a nível nacional as dificuldades cotidianas do indivíduo* (Velho, 1999, p.147).

Dentro desta perspectiva é observada uma demanda pelo cumprimento da Constituição Federal e do ECA, além da reforma no sistema penitenciário, melhorando as condições físicas, materiais e humanas nos presídios, incentivando, inclusive, a aplicação de penas alternativas.

Num segundo momento, outra demanda surge associada à questão da impunidade, privilegiando, entretanto, o aumento das medidas punitivas voltadas para crianças e adolescentes em conflito com a lei e para os que cumprem medidas sócio-educativas de maneira geral, no sentido da redução dos direitos consubstanciados no ECA e na política de direitos humanos, traduzindo o viés autoritário e repressivo também presente na forma ambígua de compreensão acerca da violência já referida. Há, sobretudo, uma defesa do endurecimento das penas como se isso por si resolvesse o problema da impunidade no País.

#### 4.5 Democratização da gestão pública

Tabela 7

Estratégia	Ações	Total de Respostas	% por estratégia
5. Democratização da gestão pública	5.1. Participação da sociedade civil na elaboração, gestão e controle da política de segurança pública.	25	61.0
	5.2. Apoio governamental às iniciativas, programas e projetos da sociedade civil.	5	12.2
	5.3. Funcionamento efetivo do Conselho Estadual de Segurança Pública	5	12.2
	5.4. Estabelecimento de parcerias entre Estado, Município e sociedade civil	6	14.6
	<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquêtes PLANEFOR, 2001.

A democratização da gestão pública é um tema ancorado num percentual significativo de 16.3 % (41 respostas), de acordo com a tabela 7, remetendo à necessidade de uma real participação da sociedade civil na elaboração, gestão e controle da política de segurança pública, reivindicando para tanto o apoio governamental às suas iniciativas nesta área. Destaca-se também a demanda pelo funcionamento efetivo do Conselho Estadual de Segurança Pública (que se encontra desativado desde o início do segundo governo Tasso Jereissati), como um dos instrumentos fundamentais para garantia desta participação qualificada.

A necessidade da parceria entre poder público municipal, estadual e sociedade civil reafirmando o processo de descentralização e democratização da política de segurança pública não elimina a demanda por um fortalecimento e maior legitimidade da atuação do Estado na área social.

O combate à violência é tido como responsabilidade primeira desta instituição, mas a partir da exigência de uma sociedade civil fortalecida e autônoma capaz de construir, de fato, uma gestão compartilhada.

#### 4.6 Municipalização da política de segurança pública

Tabela 8

Estratégia	Ações	Total de Respostas	% por estratégia
<b>6. Municipalização da política de segurança pública</b>	6.1. Envolvimento e maiores investimentos do Município na política de segurança pública	6	54.5
	6.2. Criação do Conselho de Segurança Pública	2	18.2
	6.3. Fortalecimento e capacitação das guardas municipais	3	27.3
	<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Enquêtes PLANEFOR, 2001.

A demanda pelo envolvimento dos municípios na política de segurança pública aparece na tabela 8 com uma frequência de 4.4 % (11 respostas), reforçando a estratégia anterior. Neste sentido, demanda-se um maior investimento do município na política de segurança pública, com a definição de recursos orçamentários próprios para esta área.

Articulada a esta estratégia tem-se a reivindicação pela criação, fortalecimento e formação humana das guardas municipais, bem como a criação e articulação do Conselho Municipal de Segurança Pública. No tocante à necessidade do Conselho, reforça-se a exigência da democratização na perspectiva da participação da sociedade civil na feitura, gestão, fiscalização e controle da política de segurança pública.

## 5. ALGUMAS REFLEXÕES

A sistematização, classificação e interpretação das informações obtidas nas enquêtes sobre a violência e a política de segurança pública conduziram à identificação de certas formas de compreensão sobre a violência, marcadas por uma dimensão ambígua, enraizada na cultura política brasileira, cuja lógica traduz-se no hibridismo com que são articuladas, numa mesma matriz, percepções aparentemente contrárias.

Ao mesmo tempo em que se percebe como fator relevante para a manifestação da violência o agravamento da questão social, materializado no aumento da pobreza e das desigualdades sociais, que se manifesta nas reivindicações por

uma política pública efetiva de redistribuição de renda e do poder político, permitindo às populações pobres e miseráveis acesso ao mercado de bens materiais e simbólicos de forma justa e equitativa, observa-se, também, uma naturalização na conexão entre pobreza e criminalidade. Este nexos pode reatualizar a reprodução das desigualdades sociais atrelada a uma matriz autoritária e intolerante, frente àqueles considerados vítimas e ao mesmo tempo criminosos em potencial. Particularmente nesta perspectiva de vitimização e concomitante satanização da pobreza é que se pode visualizar, embora em menor escala, as demandas articuladas à lógica punitivo-repressiva.

O conjunto de estratégias e ações propostas expressa estas tendências de compreensão, com relevância para aquelas relacionadas às políticas redistributivas, mediadas pela necessidade da construção de uma política educacional e cultural que opere na sociedade o cultivo de valores e sentidos de pertença e projetos de futuro que abram horizontes para a vivência de novas sociabilidades e liames sociais.

A democratização da sociedade brasileira exige, prioritariamente, a construção de espaços públicos que propiciem o pleno exercício da cidadania ativa, fortalecendo nos sujeitos coletivos a responsabilidade social na defesa e promoção dos direitos sociais historicamente conquistados. Enfrentar a violência impõe, como expressão da questão social vivenciada no Brasil contemporâneo, a formulação de uma política de segurança pública fundada na gestão compartilhada e plural, atenta às demandas da sociedade civil e às transformações da sociabilidade e da cultura, expressas nas relações prático-afetivas estabelecidas com o outro.

Nesse sentido, compreende-se que o combate à violência e à criminalidade hoje remete às indagações sobre *quem é o outro com o qual se quer conviver*, no sentido de resgatar a dimensão político-social dos indivíduos como parte de si mesmos, configurando uma alteridade capaz de criar uma nova sociabilidade, que opere o rompimento com a reprodução da desigualdade e da intolerância com o diferente. Desta maneira, propõe-se a crítica do existente e do significado das necessidades humanas, atrelada à pergunta sobre a forma de vida que se quer legitimar e o projeto de futuro para as novas gerações, sob pena de serem referendadas práticas sociais autoritárias e estigmatizantes, reprodutoras da violência como a única via possível para a resolução dos conflitos na sociedade brasileira.

A construção destas políticas e de uma nova sociabilidade pressupõe saber *ouvir o outro*, compreendendo os significados da violência e os sentidos das demandas por uma política de segurança pública emanada da sociedade

civil. Sugere-se, pois, a realização de uma pesquisa mais aprofundada e com amostragem mais representativa em termos quantitativos e qualitativos, sobretudo, considerando os grupos focais mais citados nesta primeira enquête: camadas populares, elites políticas, juventudes, população carcerária e agentes de segurança pública.

**ABSTRACT:** This article looks for to interpret the visions of the civil society on the violence and public safety's politics, taking as reference the data collected through a survey accomplished by PLANEFOR (I Glide Strategic of the Metropolitan Area of Fortaleza) in 2001, with the participants of the Cycle of Debates Public Safety - Right of Citizenship, in Fortaleza. The survey looked for to identify, in the sections of the civil society, strategies and proposed of actions that shimmer exits for this problem. It is treated, because, of a critical reflection that seeks to identify the understanding tendencies concerning the violence and your relationship with possible strategies and actions proposed in terms of public politics, in the sense of contributing for the legitimation of democratic alternatives, heading for the construction of a State of Right in our country.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso numa democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, jul./dez.1995.

BRASIL, G.M. *O papel do município na segurança pública*. In: Debate realizado no Terceiro Debate do Ciclo de Debates Segurança Pública Direito da Cidadania. Fortaleza, 17 agost.2001.

CANO, I. e SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

DAMASCENA, A e ARNAUD, E. *Violência no Brasil: representações de um mosaico*.

*Cadernos CERIS*, n. 1 abr.2001. Rio de Janeiro: Ceris/Paulinas/Loyola/Paulus/Vozes.

OLIVEIRA, M. A. *Democratização da segurança pública*. In: Conferência realizada no Segundo Debate do Ciclo de Debates Segurança Pública Direito da Cidadania. Fortaleza, 11 jun. 2001.

PINHEIRO, P. S. *Estado e Terror*. In: Conferência proferida no MASP. São Paulo, 29 abr. 1991.

QUALIDADE DE VIDA. São Paulo: CEPEA/ESALQ/USP, n.32, jan.2002. Editorial, p. 1.

PLANEFOR (Ed.). *Segurança Pública Direito da Cidadania: debates e propostas*. Fortaleza, 2001. 85p.

SOARES, L. E. *O papel do município na segurança pública* In: Conferência Proferida no Terceiro Debate do Ciclo de Debates Segurança Pública Direito da Cidadania. Fortaleza, agost.2001.

\_\_\_\_\_. Para fugir à armadilha da simplificação. *VEJA* (São Paulo), 30 jan. 2002, p. 79

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO,

G.VELHO & ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV,1996.

G. VELHO. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G. & ALVITO,

Marcos (Orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV,1996.

\_\_\_\_\_. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan/ UFRJ, 1994.